

Educação Popular Patrimonial¹

Pedro Pereira Leite²

Resumo

Neste artigo abordaremos a relação entre a educação e o património através da análise das ações de educação patrimonial em escolas. Apresentamos uma breve genealogia dos processos de educação patrimonial e analisaremos diferentes territórios de aplicação, procurando entender de que forma a diversidade das ações de educação patrimonial se articulam com os diferentes contextos. A partir da análise dessas experiências analisamos os de que forma os processos de educação patrimonial podem ser incluídos nas práticas pedagógicas das escolas e nas comunidades. Analisaremos o conjunto de recursos e instrumentos disponíveis para a prática de educação patrimonial. Defendemos neste artigo o argumento que os processos de educação patrimonial se inserem nos processos de produção de justiça cognitiva e de afirmação da dignidade humana.

Palavras-chave

Educação Popular, Educação Patrimonial, Direitos Culturais, Justiça Cognitiva, Dignidade Humana

Artigo

Neste artigo abordamos a questão de educação popular patrimonial. É relevante, num encontro de Investigadores de Educação delimitar os conceitos de educação patrimonial e educação popular patrimonial e Património³.

Assim, neste artigo a “educação patrimonial”, em contexto escolar é um “espaço de relação construído e partilhado entre o processo educativo (o que produz conhecimento) e o património cultural e natural (das pessoas/ das comunidades). É um processo que produz conhecimento sobre o património, que interpreta e identifica o significando cultural do património pessoal e coletivo dos participantes.

Quando se concretiza na escola, criado a partir das experiencia da vida dos alunos em contexto de projeto educativo, mobilizando os seus saberes, memórias e identidades, constitui-se como um processo de aprendizagem. Como tal deverá obedecer aos vários critérios de validação da qualidade dos processos, estabelecendo nomeadamente objetivos a atingir, metodologias a usar e critérios de avaliação do processo. Em contexto escolar

¹ Comunicação Apresentada no Encontro de Investigadores do CEIeD, em 6 de julho de 2018, Lisboa, ULHT. Publicado em 18 de Maio 2020 como Capítulo de “Introdução à Sociomuseologia”, Lisboa ULHT (<http://catedraunesco.ulusofona.pt/nova-publicacao-introducao-a-sociomuseologia/>)

² Investigador da Cátedra UNESCO Educação Cidadania e Diversidade Cultural, Membro do MINOM e Professor de Museologia na ULHT.

³ A Cátedra da UNESCO Educação Cidadania e Diversidade Cultural desenvolve desde o mês de maio um projeto piloto de educação patrimonial nas escolas portuguesas que apresenta varias informações que podem ser uteis para completar a informação sobre praticas de educação patrimonial consulte <https://wordpress.com/view/globaleducation767229770.wordpress.com>.

pode ser usado como projeto ou pode surgir ligado a diferentes disciplinas, como seja a educação ambiental, educação para a cidadania, educação global (educação para o desenvolvimento), educação para a arte, educação para a paz, ou no âmbito das aprendizagens da literacia, álgebra ou ciências.

A “educação popular patrimonial” é um processo de educação que se concretiza na sociedade. Realiza-se como um processo educativo, que usa as mesmas ferramentas, mas com diferenças no uso das metodologias que deverá ser mais apropriado aos processos de formação de adultos e formação ao longo da vida. Distinguem-se portanto mais pelos destinatários do que pelos processos.

Esta questão da distinção dos participantes tem relevância no processo porque o perfil dos intervenientes nos processos, ao mobilizarem saber e experiências de vida, determinam diferentes processos de participação e a mobilização de diferentes materiais de trabalho. É importante no entanto acentuar que a educação patrimonial também concretiza uma possibilidade de diálogo intergeracional, com diversas vantagens para as comunidades locais e para a ligação da escola ao meio.

A educação patrimonial usa a participação dos alunos e famílias através para a criação experiências significativas a partir da mobilização dos patrimónios das comunidades e procura ativar a reflexão crítica sobre os saberes, os modos de fazer e de estar dos indivíduos, das suas relações com o mundo e com os outros.

A Educação Patrimonial concretiza-se, na escola e na comunidade, através dos mesmos instrumentos, que se aglutinam da ideia de Património. Património, palavra de origem latina formada a partir dos vocábulos “pater” e “múnus”, identificada como a herança recebida e que necessita de ser honrada⁴. Ou seja o património é aqui usado como uma ideia de algo que nos é transmitido pelos que nos antecederam, sobre o qual temos do dever de valorizar. Deste modo o objeto patrimonial, aquele que se usa para a ação educativa (patrimonial), no contexto deste artigo, são todos os objetos que recebemos, que marcam aquilo que somos por via das influências que recebemos da família e da comunidade, daquilo que somos por via daquilo que vamos aprendendo com a experiência e aquilo que queremos ser, como projeto de vida e de comunidade.

Nesse sentido o Património ou patrimónios se quisermos acentuar a questão da diversidade cultural, constitui-se como qualquer objeto, da cultura ou da natureza, sobre o qual as práticas sociais exercem uma ação de formação de relevância (atribuição de valor), que constituem suporte para ação social. No contexto da educação, de jovens ou adultos, inicial ou ao longo da via, o Património serve para formar pessoas, para gerar ações transformadoras, e para tomar opções no presente como ação de cidadania.

⁴ RUSSO, Vincenzo. Pater, pátria e a memória como patrimônio: sobre K.: relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. *Estud. Lit. Bras. Contemp.* [online]. 2017, n.50 [cited 2018-09-21], pp.35-46. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000100035&lng=en&nrm=iso>. ISSN 2316-4018. <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018503>.

Outra questão que importa precisar sobre a ideia de património, muito difundida ao nível do senso comum, é de que o património surge muitas vezes associada a monumentos e a coisas velhas. Sendo certo que esses elementos são elementos patrimoniais, o património, visto como o conjunto de heranças que recebemos da comunidade, não se reduz a coisas materiais. Ele é também constituído pelas identidades e memórias que os nossos corpos transportam, por práticas performativas que se repetem na sociedade. O património é também o planeta que habitamos, os recursos que nele dispomos e as ameaças que o ambiente enfrenta, em grande medida criados (herdados) pela ação humana. Nesse sentido o património, enquanto reconhecimento dum dado território natural, é também um processo de escolha e participação das comunidades nos seus processos de gestão.

A educação patrimonial e a UNESCO

Para melhor entender a questão educação patrimonial vale a pena olhar para os documentos orientadores da UNESCO, sobretudo através da produção de documentos síntese que se traduzem em convenções, recomendações ou declarações, que influenciam a formação de políticas públicas culturais sobre o património.

Há três documentos que se constituem como relevantes para a questão da educação patrimonial: As conclusões do Seminário Regional da Unesco, que em 1958 se reúne no Rio de Janeiro⁵, A Convenção Mundial para Proteção do Património Cultural e Natural da UNESCO, adotada em 1972⁶ e Recomendação da UNESCO Referente à proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu papel na sociedade, aprovada em 2015⁷.

O Seminário de 1958 tem origem nas deliberações da 6ª Sessão da Conferência geral da UNESCO, reunida em 1952, que afirma a necessidade de discutir a função educativa do Museu, assumindo o serviço educativo e museu como centro comunitário que devem organizar ações que podem ser feitos museus para a educação de jovens e adultos. Nesse mesmo ano de 1952, reúne-se um seminário internacional em Nova Iorque - o 1º Seminário Internacional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, ao que se seguirá o 2º Seminário Internacional, em 1954 em Atenas. O 3º seminário, que reunirá em 1958 no Rio de Janeiro terá uma denominação de Regional, e trabalhará, de forma exhaustiva a função educativa nos museus como centros educadores na comunidade. Estes seminários constituem documentos de referência para a função educativa nos museus, que podemos considerar como complementar à ação educativa nas escolas.

Quando em 1972 é aprovada a Convenção Mundial para Proteção do Património Cultural e Natural, define-se não só os elementos que devem ser protegidos e valorizados, categorizando a natureza dos bens, partindo duma primeira dicotomia entre bens naturais e culturais e dentre de cada uma desta classe hierarquizando a sua relevância em três níveis, em função da percepção de valor para a humanidade. Para além das diversas

⁵ <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001338/133845so.pdf>

⁶ <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

⁷ <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>

disposições desta Convenção que noutro lado trabalhamos, interessa aqui referir, que é nesta Convenção que fica estabelecida a obrigatoriedade de que em cada estado fica sejam desenvolvidas estratégias de nacionais de educação patrimonial. No nosso país, por exemplo, que recupera o seu lugar na UNESCO na sequência da democratização e descolonização dos territórios africanos, a retificação da Convenção dá origem a vários movimentos de educação patrimonial, quer na área cultural, quer na área ambiental. (Leite, 2018)⁸.

Esta Convenção e a aprovação da Constituição de República em 1976, onde nos diferentes títulos sobre o direito à cultura irão configurar toda a produção legislativa sobre o património cultural e museus em Portugal nos anos subsequentes, vai permitir criar várias conexões e diálogos com os processos educativos em escolas.

Finalmente a Recomendação da UNESCO de 2015 reforça que “*a educação outra função primária dos museus. Os museus atuam na educação formal e informal e na aprendizagem ao longo da vida, por meio do desenvolvimento e da transmissão do conhecimento, programas educacionais e pedagógicos, em parceria com outras instituições, especialmente escolas.* (Leite, 2016, 13). Defende ainda que nos museus devem ser desenvolvidos programas educacionais dirigidos para diferentes públicos, que permitam, a partir das suas coleções desenvolver a cidadania e a preservação dos patrimónios, bem como contribuir para uma consciência crítica da sociedade.

Estes documentos são apenas uma reduzida amostragem dos vários documentos da UNESCO produzidos sobre a relação do património com a educação. Constituindo a Escola e o Museu duas instituições sociais, com contextos e objetivos distintos, é natural, que ao longo do século XX, e particularmente nos tempos mais recentes, as suas funções sociais sejam questionadas. Em particular, no caso dos museus, com a extensão dos sistemas educativos em primeiro lugar, e depois com a procura da sua compreensividade, sejam ser chamados a contribuir para o esforço e a ação educativa das escolas. Um contributo que permite outras formas de aprendizagem, que alarga os tradicionais públicos das escolas, em particular às populações adultas. Trata-se dum desafio que é comum e feito em conjunto com outras instituições sociais, como sejam as bibliotecas, os centros culturais ou outro tipo de instituições.

O Legado de Paulo Freire e a Educação Popular Patrimonial

Uma das personalidades de referência da educação patrimonial é Paulo Freire⁹, que defende a educação popular como processo de criação de justiça cognitiva. A alfabetização em massa da América Latina foi uma dos grandes desafios enfrentados pela UNESCO nos anos 50 e 60 do século XX. Um continente que apresentava um crescimento demográfico e urbano muito intenso, com fortes movimentos de migração

⁸ Leite, Pedro Pereira (2018). Curso Breve sobre Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, in *Informal Museology Studies*, nº 21 (no prelo)

⁹ Paulo Freire (1921- 1997) Pedagogo e filósofo, patrono da educação no Brasil. Defendeu um processo educativo crítico e práticas educativas para emancipação dos sujeitos. O seu programa de alfabetização de adultos foi amplamente usado no mundo, nos anos 60 e 70.

interna. O continente enfrentava complexos problemas demográficos, de pobreza e fome, de acesso a bens essenciais, como seja saúde, água potável, saneamento, habitação um conjunto de intelectuais comprometidos com a ação social procuravam apontar soluções para reduzir a dependência económica de antigas relações coloniais, ao mesmo tempo que procuravam, através da educação, contribuir para uma emancipação social. É neste contexto que Paulo Freire e a Educação Popular Patrimonial ganham relevância.

Embora Paulo Freire tenha atuado sobretudo na esfera da educação, a sua influência e sobretudo as suas propostas de ação na sociedade foram apropriadas por largo setores da sociedade, entre os quais os profissionais do património, que nos anos setenta, defendiam a necessidade de proteger e salvaguardar o património cultural e natural.

Em 1972, convocado pelo ICOM¹⁰ e pela UNESCO, reúne-se em Santiago do Chile uma “*Mesa Redonda sobre a importância e o desenvolvimento dos museus no mundo contemporâneo*”. Na altura, como escreve Hugues de Varine na publicação comemorativas dos 40 anos desta reunião, editada pela IBERMUSEUS em 2012¹¹, a preocupação da UNESCO era convidar um conjunto de personalidades de fora do “mundo dos museus”, para juntamente com os profissionais de museus refletirem sobre o papel desta instituição na sociedade. É neste contexto que o nome de Paulo Freire surge, como pedagogo. A questão que se levantou, é que Paulo Freire tinha sido expulso do Brasil pela Ditadura militar, considerado como personagem subversiva. A representação diplomática do Brasil opôs-se a que ele fosse convidado para um evento patrocinado pela UNESCO, que neste evento se propunha a refletir sobre uma nova conceção de museu, como instrumento ao serviço da libertação humana e do desenvolvimento, a partir da teoria da “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire.

Na ausência de Paulo Freire, foram convidados 4 especialistas, provenientes da América Latina. Especialistas sobre Educação, Urbanismo, Agricultura e Novas Tecnologia. Estes quatro temas não só foram profundamente renovadores para o olhar dos profissionais dos museus, como o olhar que foi proposto, foi ancorado nos problemas vivenciados pelas sociedades sul-americanas. O impacto da Declaração de Santiago, na proposta dum novo conceito de Museu: um Museu Integral, ligado ao território e à sociedade será tremendo, sobretudo para o Movimento da Nova Museologia, que aqui encontra um dos seus documentos de referência¹². A influência de Paulo Freire, da sua educação popular, do urbanista Georges Hardoy, professor da Universidade de Buenos Aires, será paradigmática para o desenvolvimento da questão da educação patrimonial, por via da ideia da Educação Permanente. A Educação Permanente, vista como uma das funções dos museus, vai incentivar a incluir nas escolas e nos museus os patrimónios e as culturas locais¹³. A Nova Museologia prosseguirá os seus debates, desenvolvendo diferentes abordagens e recebendo diferentes contributos. Por exemplo os escritos de Hugues de

¹⁰ ICOM- Conselho Internacional dos Museus. Organização de profissionais de museus, associada à UNESCO para as questões dos Museus. Na época, o ICOM era presidido por Hugues de Varine

¹¹ http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf

¹² <https://ecomuseus.wordpress.com/minom-conferencias-internacionais/mesa-redonda-de-santiago-do-chile-icom-1972/>

¹³ http://www.museologia-portugal.net/files/texto_de_apoio_01_declaracoes.pdf

Varine, a partir da sua observação dos processos no Brasil, vão permitir desenvolver a ideia de “Educação Popular Patrimonial” (Varine, 2012)¹⁴.

A influência de Paulo Freire e da sua Educação Popular no mundo será difundida com diferentes resultados não só na América Latina, mas também em África e na Europa, por via das políticas da UNESCO e por via dos movimentos sociais. Apenas para dar um exemplo desta influência nos antigos territórios coloniais portugueses, Paulo Freire colabora com a criação dos sistemas escolares nacionais em Moçambique e na Guiné-Bissau. A sua influência nestes países acabará por ser reduzida, pois as políticas educacionais voltam-se nessa fase inicial para a criação em extensão de sistemas nacionais. O pensamento crítico proposto por Paulo Freire não terá grande aceitação nessa altura, por via de diferentes embates com os objetivos dos novos países, que não interessa aqui abordar.

Em Portugal a influência de Paulo Freire e do movimento de alfabetização começa a ganhar relevância por via dos movimentos sociais, sobretudo através dos diversos projetos de alfabetização da população adulta, levados a cabo por organizações católicas e protestantes nas periferias das duas grandes metrópoles portuguesas, Lisboa e Porto, que acolhem importantes contingentes de populações rurais nos anos sessenta e setenta do século XX. Esta influência será ampliada após o 25 de Abril por via dos movimentos estudantis de alfabetização¹⁵ e do ressurgimento de várias Universidades Populares em diversos Bairros de Lisboa, da sua cintura industrial e no Porto. Será Também neste contexto, de democratização e do crescimento do ensino público que a questão da educação de adultos ou “educação permanente” como então se denominava se colocará.¹⁶

A relação entre esta educação permanente, ao “longo da vida” e os princípios da Educação Patrimonial serão desenvolvidos em Portugal fundamentalmente através das práticas de cidadania através de associações de defesa do património, que a partir da década de oitenta irão herdar uma boa parte das iniciativas culturais resultantes da dinâmica de intervenção popular após o 25 de Abril. Será também a partir desta altura que as associações de defesa do património e de defesa do ambiente adotam caminhos e práticas que se diferenciam.¹⁷

Contudo, para sintetizar a questão da relevância das propostas de Paulo Freire no âmbito duma Educação Popular Patrimonial, interessa acentuar que as suas propostas foram durante vários anos uma fonte de inspiração para práticas de educação popular. Talvez uma dos exemplos mais significados desta influência tenha sido a experiência da InLoco,

¹⁴ Patrimônio e Educação Popular", (2002) Revista Ciências & Letras, FAPA 31, Porto Alegre, 2002, 287-296 <http://www4.fapa.com.br/cienciasletras/pdf/sum/sum31.pdf>

¹⁵ Nos anos de 1975 e 76 participamos em campanhas de alfabetização no Alentejo onde se usavam as metodologias freirianas, e do teatro do oprimido na animação cultural.

¹⁶ Sobre esta questão veja-se os “Fundamentos uma Nova Educação” nomeadamente o Relatório Faure, UNESCO 1972. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129766por.pdf>

¹⁷ Leite, Pedro Pereira (2017). Notas sobre o Associativismo e a defesa do Património de cultura e ambiente, aula de museologia social em espaço urbano.

Ver também Canija, João (2010), in Cem anos de Defesa do Património in http://altotejo.org/UserFiles/File/Estudos_e_Publicacoes_arqueo/Associativismo_e_Defesa_do_Patrimonio_JCaninas2010.pdf

na serra do Algarve, no final dos anos oitenta.¹⁸ Também no campo da educação popular, por via dos movimentos sociais e das práticas de cidadania se pode entender um forte refluxo, fruto, por um lado de uma certa institucionalização dos processos, e por outro lado duma certa invisibilidade das práticas, que são hoje mais dirigidas a grupos marginalizados.

As universidades institucionalizam o saber, passando o conhecimento popular a ser minorizado, ao mesmo tempo que a chamada teoria da libertação não acompanhou, na Europa, a profunda transformação da sociedade. Ao mesmo tempo, o pensamento decolonial das “nossas Américas” não enfrentou ainda, de forma robusta a questão da educação neoliberal, centrada no mercado e no consumo.

A Escola e o Património uma relação atual

Enfrentando agora a relação entre a escola e o património no tempo atual, podemos perguntar quando e como acontece a educação patrimonial em contexto dos processos educativos nas escolas. A questão é simples de responder. Essa educação acontece quando à escola usa o património dos alunos, das suas famílias e do espaço onde se insere, para dentro da escola. Quando a escola usa o património como pedagogia de cidadania, para trabalhar sobre as grandes questões da humanidade e do planete, mas sobretudo como processo de criar ação cidadão, produtora de consciência crítica nos alunos.

A educação patrimonial é uma proposta de trabalhar a escola como produtora de conhecimento, de reconhecer e enfrentar os desafios sociais atuais, de agir localmente a partir de questões globais e de levar as questões globais às comunidades locais e aos alunos. A educação patrimonial é um desafio de levar os alunos a “fazer” perguntas críticas. De identificar os problemas de identidade de quem sou e quem somos. De enfrentar o desafio de nos relacionarmos na diversidade, se usarmos as tradições e os tempos das comunidades como processos de aprendizagem. De usarmos a arte e a criatividade de cada um e de todos. De contarmos e ouvirmos história e de construirmos histórias comuns.

A agenda 2030 das nações Unidas, aprovada em 2015 vem lançar à educação de adultos um interessante desafio. A educação ao longo da vida deixou de ser apenas uma mera certificação de conhecimentos básicos, mais ou menos desenvolvidos, mas visto como um conjunto estável de conhecimentos que todos os cidadãos devem ser portadores, para terem acesso a uma vida digna em liberdade, equidade e em solidariedade. A formação ao longo da vida implica hoje que os adultos enfrentem as transformações tecnológicas e as acompanhem de forma criativa e inovadora, para que mantenham as condições do acesso e concretização dos princípios de justiça cognitiva. Neste contexto o património não só é um recurso local que contribui, ou pode contribuir para os “objetivos de desenvolvimento sustentável”, porque permite mobilizar os recursos endógenos e a participação da comunidade, como também pode contribuir para desenvolver a tal a

¹⁸ <http://www.in-loco.pt/pt/sobre/>

estratégia para uma educação ao longo da vida a partir das realidades locais e de cada um dos participantes.

O desenvolvimento de experiências de educação patrimonial em escolas devem partir de práticas que envolvem o contato com os diferentes patrimônios, locais, sejam do território, sejam dos seus habitantes. Eles devem ativar a experiência de conhecimento (cognição) e a experiência dos sentidos (vivências). É fundamental partir dos indivíduos, das suas percepções como sujeitos no mundo, para criar encontros com os outros e propiciar situações de partilha nesse contexto. A educação patrimonial trabalha a partir das memórias e das identidades dos participantes para criar uma consciência crítica. Usa como material o espaço (da cidade), enquanto espaço vivido coletivamente, os tempos da comunidade (o passado, o presente, e a vontade de futuros, quer do ponto de vista da sua cronologia, ou do seu simbolismo).

A experiência de educação patrimonial nas escolas deve permitir concretizar um conjunto de exercícios de escuta que mobilizem os sentidos de forma ativa e concretizem-se por via dum processo cognitivo, expresso através da comunicação escrita ou oral dum resultado de atividade que pode ser apreciado e refletido. A educação patrimonial tem a ganhar se mobilizar o corpo (visão, olfato, tato, audição, gosto), a intuição e a cognição (leitura e escrita, álgebra e geometria, estética e ética) e concretiza-se através dum ação comunicativa, expressa através de uma exposição, seja de objetos construídos, seja de uma performativa (música, dança ou oralidade) ou “festa” (por exemplo festival de “gastronomia do mundo”).

Como todos os processos educativos, é necessário definir objetivos de intervenção, que podem ser mais ou menos diretivos. O ideal da educação patrimonial é deixar ao grupo a escolha dos objetos a trabalhar. Criar jogos ou situações de grupo que deixem fluir as experiências e as memórias, que essas experiências e memórias sejam apropriadas de diferentes formas (técnicas de representação). Estes objetos ancorados na vida de cada um podem constituir-se em relatos de experiências, histórias, fotografias, desenhos, coisas da natureza, que permitam “conduzir a uma descoberta” e à consciência dessa descoberta.

A educação patrimonial em contexto escolar deverá constituir-se numa atividade de grupo ou de projeto. Por essa razão é particularmente importante motivar todas as crianças para participarem. A educação patrimonial deverá incluir todos os participantes e permitir que todos se expressem durante o processo. É importante aplicar exercícios de diagnóstico e de dinâmica de grupo, de ter em atenção as necessidades das crianças e de desenvolver estratégias adequadas ao mundo da criança.

Cada criança tem uma noção de si, dos outros, do seu espaço e do seu tempo. É normal que as crianças estejam muito centradas em si e com noções de tempo muito difusas. A experiência de educação patrimonial deve permitir uma “confrontação” com o mundo e com os outros. Nesse confronto com o outro permite um processo de crescimento, mediado pela família e pela escola. A educação patrimonial na escola tem que partir do

conhecimento do mundo da criança e da sua família para o ampliar através da criação de um processo de aprendizagem comum. A educação patrimonial contribui para o processo educativo global ao usar as noções de espaço e tempo, das suas formas de representação, contribui para o desenvolvimento das capacidades de comunicação através da oralidade e da escrita, permite trabalhar com a experimentação científica e contribui para a sua vinculação ao mundo e à distinção entre verdade e ilusão. Ao facilitar a experiência concreta, com base em objeto do mundo, favorece a criação de memórias e a criação de processos de adesão através das emoções que desenvolvem vínculos com os outros e possibilidades de ação cidadã conscientes.

O trabalho com a educação patrimonial nas escolas implica o uso de metodologias ativas aprendizagem, geradas a partir das dinâmicas de grupo, combinando a autorreflexão e a observação do outro em contexto, de forma a criar uma ação comum. É usual definirem-se quatro tempos ou fase de aplicação da metodologia. Como qualquer processo de aprendizagem cada uma das fases aqui descritas são meramente indicativas, podendo cada uma das fase desenvolver-se em tempos autónomas fundir-se ou misturam-se parcialmente.

O primeiro tempo é o procura da experiência da vida. É necessário ativar, em cada participante uma experiência vivida como objeto patrimonial. Isso pode ser facilmente feito através de jogos de motivação onde sejam são exploradas de forma livre e criativas o mundo sensível e as diferentes matérias e texturas, que tem como objetivo identificar relevância e criar motivação. São bons exemplos para este nível os “Jogo do Faz de Conta”, por exemplo.

O segundo tempo deve permitir a observação do objeto patrimonial, que parte do reconhecimento das relevâncias identificadas feito através do seu registo (desenhos, escrita, fotografia, gravações, oralidade), que tem como objetivo fixar um conhecimento inicial e criar um primeiro nível de consciência.

Da exploração do objeto pode desenvolver-se um terceiro tempo, que é explorar, através és do olhar do grupo, os diferentes olhares (pontos de vista) sobre esses objetos. Explorar a diversidade dos pontos de vista visa criar um segundo nível de consciência sobre as características do objetos (a sua estruturas material) e sobre os seus significados (simbólicos) e sobre as diferentes formas de uso pela comunidade (contextos).

Finalmente o último tempo da aplicação da metodologia deverá permitir uma apropriação criativo do objeto patrimonial. A apropriação deve ser desenvolvida através duma ação comunicativa e de extroversão, de preferência através de ação em grupo, que permite a cada uma dos participantes desenvolver as suas diferentes formas de apropriação do objeto patrimonial.

A metodologia de educação patrimonial atinge a sua concretização através de trabalho com grupos. Os trabalhos com grupos podem ser mais moroso e complexo, mas são também mais ricos e por vezes ganha-se em qualidade e extensão das questões

trabalhadas. É objetivo da metodologia que cada participante encontre a sua relevância, tenha oportunidade de expressar o seu ponto de vista, de forma a desenvolver uma ação em grupo. Assim a partilha da experiência vividas deve ser partilhada para que ao ponto de vista inicial sejam acrescentadas outras vozes. A metodologia deve permitir a todos os membros o treino da escuta e da participação. A metodologia de educação patrimonial pode considerar a escola como espaço laboratorial (onde acontece um processo de aprendizagem controlado) mas tem muito a ganhar, e essa é também uma das suas vantagens, com a ligação às comunidades que habitam o espaço, através da participação das famílias e dos parceiros locais em diferentes tipos de ações de diagnóstico e comunicação.

A Educação Patrimonial deve ser fundamentalmente olhada como um processo. Não devemos procurar que ela seja um objetivo. Nesse sentido, ela é uma possibilidade, um recurso que o docente ou mediador dispõe para intervir. A educação patrimonial acontece quando os participantes têm vontade que aconteça. É necessário ter em atenção que o processo não desenvolve um conjunto de técnicas. As técnicas são usadas para ajudar o processo a ser criativo. Por isso, não há uma educação patrimonial se não existir um ato criador. Um momento em que os participantes sintam que se concretizaram como seres. Nesse sentido a Educação Patrimonial não usa apenas objetos exteriores aos indivíduos. Usa os próprios seres como construtores dos seus patrimónios. E nesse sentido, a construção dos patrimónios é um ato criativo. Um ato que pode ter uma diversidade de expressões comunicativas. Expressões orais ou performativas, expressões artísticas, exposições mais ou menos tecnológicas. Mas todas elas expressando um reconhecimento do mundo e da relação com os outros como *encontro*.

Como qualquer processo educativo, a educação patrimonial necessita de desenvolver os seus processos de avaliação. Uma parte dessa avaliação deve ser feita em processo, isto é, em cada momento ou fase os participantes devem ser convidados a expressar-se sobre os sentidos das suas aprendizagens. Esse exercício tem como objetivo criar uma consciência crítica sobre o seu processo de aprendizagem. Ela pode também ser usada para avaliação do desenvolvimento da consciência de si, dos outros (identidade e cidadania) no contexto da diversidade cultural. Através da aplicação de competências sociais e cognitivas (leitura, escrita, estética) na resolução de problemas, que se concretizam na extroversão, são também elementos que permitem avaliar o processo. Ainda no campo da avaliação do processo, deve ser levado em linha de conta o desenvolvimento de parcerias com a comunidade. O conhecimento de várias organizações sociais no espaço constitui um importante elemento de inclusão social.

Educação patrimonial como processo de Justiça Cognitiva e Dignidade Humana

Para avançarmos para a conclusão da nossa intervenção, depois de termos percorrido a relação entre a educação e o patrimónios, de termos relacionada as práticas de educação popular patrimonial com os processos de emancipação e libertação com as propostas de Paulo Freire, e de termos percorrido os processos de concretização da Educação Patrimonial em contexto escolar, falta demonstrar o argumento de que a educação

patrimonial se constitui como uma ferramenta de prática da dignidade humana para alcançar a justiça cognitiva.

Entendemos neste contexto a ideia de Dignidade Humana no sentido que lhe é dado por Habermas na sua reflexão sobre a história dos Direitos Humanos como um conceito ético e político (Habermas, 2012). Segundo defende o autor, é necessário compreender a relação de complementaridade entre a moral racional e o direito positivo no estabelecimento das condutas de ação, na formulação dos textos legislativos e na sua aplicação em sociedade. Na análise da evolução dos direitos humanos, (um pensamento com génese eurocêntrica que através do diálogos sistemas éticos de regulação social, tem vindo a ampliar o campo duma ordem jurídica universal), verifica-se um progressivo afastamento das normas éticas tradicionais por via de novos princípios morais que se complementam em novas normas jurídicas. A questão da Dignidade Humana, neste contexto é por nós usada para fundamentar que nas nossas práticas não basta afirmar o primado de lei na arquitetura legislativa (Leite, 2017). É igualmente necessário desenvolver ações afirmativas dos direitos adquiridos para que eles se tornem efetivos e se possam aplicar nos grupos que deles necessitam.¹⁹

Em relação à ideia de Justiça Cognitiva, trata-se duma ideia avançada por Boaventura de Sousa Santos e Paula Meneses do CES.UC, que é apresentado no livro Gramática do Tempo (2006). No âmbito da reconstrução epistemológica (confrontação entre conhecimento regular e conhecimento emancipador) é necessário buscar uma “ecologia dos saberes” isto é um processo em se se objetiva a igualdade nas relações entre os distintos saberes, em busca de visibilizar outras formas de saber, com destaque para o conhecimento subalternizado, por vezes reduzido e silenciado pelos processos de colonialidade. O objetivo é aumentar a diversidade epistémica no mundo, definida nesse trabalho como “justiça cognitiva”. Neste texto usamos a ideia de Justiça Cognitiva como processo em que os diferentes conhecimentos contribuem para o conhecimento do mundo como proposta emancipatória, com base no património. A educação popular patrimonial constitui-se como um processo de busca da justiça cognitiva.

A Educação patrimonial, como prática constitui-se como um processo de luta pela dignidade humana e criação de justiça cognitiva porque, entre várias das suas potencialidades que acima demonstramos, se constitui como uma forma dos sujeitos na sociedade se afirmarem como atores de direitos e não apenas como objetos da lei. Isto é o património, como um exercício de direitos cultural, como uma das componentes dos direitos humanos, torna a ação afirmativa como um exercício dos direitos. No mundo atual não basta o enunciado da lei. É necessário que os protagonistas deixem de ser apenas objetos da lei, e se assumem na sua dimensão integral, como sujeitos dessa lei, portadores de direitos universais e inalienáveis, indivisíveis e interdependentes, iguais e não discriminatórios. Neste sentido as pessoas, por via da consciência do património não só exercem um direito cultural de usufruto, como exercem o seu direito de participação nas

¹⁹ O que tem sido comum designar como “enforcement” ou conjunto de princípios que garantam a aplicação da lei.

escolhas da vida da comunidade. Dessa forma a cultura concretiza-se no seu imperativo constitucional, como o exercício dum direito (e dos seus deveres).

A educação patrimonial permite usar o território e os seus recursos de forma a garantir o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, com base no respeito pelo ambiente e sua biodiversidade, de garantir o bom uso das infraestruturas públicas museus, bibliotecas, arquivos, espaços culturais, teatros, galerias, centros culturais, de assegurar um uso adequado do espaço públicos e da gestão do património público exigindo políticas públicas para a diversidade, assegurando o bem estar e a segurança das comunidades locais e seus visitantes.

O exercício dos direitos culturais que a educação patrimonial procura desenvolver (consideramos aqui os cinco campos dos direitos culturais previstos na constituição da república de 1976: o direito à criação cultural; o direito à fruição cultural; o direito à participação cultural, na formulação das políticas públicas; os direitos de autor, e o direito à fruição do património cultural.). Como acima evidenciamos, é hoje imperativo alargar o campo do exercício dos direitos culturais, como forma de exercício dos direitos humanos. Isso implica a utilização das ferramentas da educação popular para ampliar os processos de afirmação das comunidade e dos seus direitos de participação, que hoje se encontram muito restritos e burocratizados.

Conclusão

Após termos analisado a relação atual entre educação e o património como processo educativo crítico nas escolas, e após termos analisado as fontes e as formas de aplicação sobre a diversidade das ações de educação patrimonial, defendemos que estes processos se constituem como ferramentas de produção de justiça cognitiva e de afirmação da dignidade humana. Defendemos também, que estes processos se mostram adequados para uma intervenção em contexto escolar, que permitem a inclusão das famílias e das comunidades locais e são adequados à uma formação permanente.

Defendemos que a aprendizagem acontece ao longo da vida e que é um processo contínuo e permanente, sem um momento certo para ocorrer. Defendemos que ensinar e aprender exigem a consciência de que somos seres inacabados e incompletos, curiosos, que sabemos escutar, que temos abertura ao diálogo, que aceitamos o novo e o que é diverso e que refletimos criticamente sobre a vida. Defendemos que através da educação patrimonial e da disponibilidade para o diálogo com o outro, se desenvolve a generosidade e a humildade que permite criar a alegria de estar junto e aprender juntos. Com prática cultural a Educação Patrimonial é um espaço de afirmação de ações sociais solidárias. É também um espaço de resistência dos movimentos sociais contra a mercantilização da educação e da cultura, exigindo políticas públicas para a diversidade.

Defendemos que através da educação patrimonial se pode gerar mudança social, que se podem desenvolver processos de transição a diferentes níveis que intervenham na realidade social para trabalhar a inclusão da diferença e da diversidade. Nesse sentido é

uma importante ferramenta para trabalhar a afirmação da dignidade humana. A educação patrimonial permite que todos intervenham e contribuam para uma transição que afirma a autonomia e a liberdade do ser humano (de si e dos outros) e que a mudança é possível,

Contudo é necessário não esquecer que há contextos e situações adversas. Nem todos os lugares e nem todos os atores sociais estão empenhados em processos de transição emancipatória. A educação e o património estão sitiados e procuram ser vendidas como informação. Há processos educativos e patrimoniais que estão baseados na competitividade (ao invés da cooperação) e na hegemonia das narrativas únicas (ao invés das narrativas sobre a diversidade).

O processo de acumulação e de mercantilização da educação e da cultura está a ser desenvolvido por empresas e pela iniciativa privada, como uma mercadoria, defendendo-se em muitos lugares a retração da ação dos poderes públicos e das políticas públicas. A transformação da escola e do património em produtos que se vendem no mercado tem vindo a sitiar as iniciativas públicas e a limitar seriamente a participação das comunidades na definição dos seus compromissos sociais. Os processos de competição, de mercantilização e gentrificação nos espaços públicos urbanos, nas escolas e no património obrigam a pensar em formas alternativas de ação e organização. A Educação Popular Patrimonial pode constituir-se como um espaço de construção de alternativas.

Bibliografia

- Arendt, Hannah (2001). *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio de Água.
- Benjamin, Walter (2012). *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio de Água.
- Canija, João (2010), in *Cem anos de Defesa do Património* in http://altotejo.org/UserFiles/File/Estudos_e_Publicacoes_arqueo/Associativismo_e_Defesa_do_Patrimonio_JCaninas2010.pdf
- Declaração de Friburgo (2007). Universidade de Friburgo
- Direitos Culturais: Cultura e Desenvolvimento. <http://www.culturalrights.net/es/>
- Galtung, John (1998). *Direitos Humanos: Uma nova perspectiva*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Habermas, J. (2012). *Um ensaio sobre a constituição da Europa*. Lisboa: Edições 70.
- Honnet, Axel (2011). *Luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*, Lisboa, Edições 70.
- IBERMUSEUS (2012) Mesa Redonda sobre a importância e o desenvolvimento dos museus no mundo contemporâneo de 1972 in <https://ecomuseus.wordpress.com/minom-conferencias-internacionais/mesa-redonda-de-santiago-do-chile-icom-1972/>
- Leite, Pedro Pereira (2016). A Nova Recomendação da UNESCO sobre Museus Coleções, sua Diversidade e Função social, informa *Museology Studies*, nº 13, Lisboa https://www.researchgate.net/publication/303566241_Sobre_a_Nova_Recomendacao_da_UNESCO_sobre_Museus_Colecoes_sua_Diversidade_e_Funcao_Social
- Leite, Pedro Pereira (2015). *Cultura e Desenvolvimento? Informal Museology Studies*, nº 11, Lisboa, Marca de Água.
- In <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/7317/culturaedesenvolvimento.pdf?sequence=1>
- Leite, Pedro Pereira (2016). *Performatividade e Oralidades em Museologia Social*, in *Lusotopias* n.º 3 Lisboa, Marca d'água
- Leite, Pedro Pereira (2016). "Drama Museologia e Patrimónios" in *Informal Museology Studies*, nº 15. Lisboa, Marca De-Água

Leite, Pedro Pereira (2016).” Museologia Social e educação Popular Patrimonial” in *Informal Museology Studies*, n° 16, Lisboa, Marca d’água

Leite, Pedro Pereira (2017). Notas sobre o Associativismo e a defesa do Patrimonial de cultura e ambiente, aula de museologia social em espaço urbano.

Leite, Pedro Pereira (2017). *Sociomuseologia e Dignidade Humana*, Lisboa, Marca d’água

Leite, Pedro Pereira (2018). Curso Breve Curso Breve sobre Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, in *Informal Museology Studies*, nº 21 (no prelo)

Rechena, Aida (2012). *Sociomuseologia e Género: imagens da mulher em exposições de museus portugueses*, Tese de Doutoramento em Museologia, Lisboa, ULHT

Russo, Vincenzo. Pater, pátria e a memória como patrimônio: sobre K.: relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. *Estud. Lit. Bras. Contemp.* [online]. 2017, n.50 [cited 2018-09-21], pp.35-46. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000100035&lng=en&nrm=iso>. ISSN 2316-4018. <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018503>.

Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula. (2011). *Epistemologia do Sul*, Coimbra, Edições Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa. (2002). *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da Experiencia*, Porto, Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa. (2006). *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, Porto, Edições Afrontamento.

UNESCO (1958) Seminário Regional da Unesco do Rio de Janeiro, <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001338/133845so.pdf>

UNESCO (1972) “Fundamentos uma Nova Educação Relatório Faure, <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129766por.pdf>

UNESCO (1972) Convenção Mundial para Proteção do Património Cultural e Natural <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

UNESCO (2015) Recomendação da UNESCO Referente à proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu papel na sociedade: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>

UNESCO (2015). Recomendação sobre Proteção e Promoção de Museus e Coleções, sua Diversidade e sua Função

Varine, Hugues (2002). Patrimônio e Educação Popular", IN *Revista Ciências & Letras*, FAPA 31, Porto Alegre, 2002, <http://www4.fapa.com.br/cienciasletras/pdf/sum/sum31.pdf>